

Capítulo 7

Reflexões e Perspectivas

**Mafalda Ferreira
Cidália Duarte**

Neste capítulo final, pretendemos fazer uma análise da nossa experiência de intervenção no âmbito do presente projecto, procurando reflectir sobre os princípios teóricos que nortearam a nossa prática, as vantagens deste tipo de projecto, as suas especificidades e, sobretudo, tentar que esta experiência sirva para veicular e identificar pistas pertinentes para futuras intervenções.

Ao conceptualizarmos a intervenção comunitária como sendo *da, na, por e para* a comunidade, tivemos sempre presente que ela é, simultaneamente, *sujeito, local, agente e destinatário* das acções delineadas (Vidal, 1988). Com base neste quadro conceptual, emergem alguns postulados que fomos referindo ao longo do livro: a ênfase nos contextos de vida dos sujeitos porque o desenvolvimento humano não ocorre descontextualizado; a bidireccionalidade indivíduo/meio na medida em que o indivíduo age sobre o meio, transformando-o e recriando-o e é influenciado por ele; a centração no processo e não nos resultados. Assim, a metodologia que utilizámos teria de ser necessariamente a da investigação-acção, metodologia intencionalizada que visa transformar a realidade e, simultaneamente, produzir efeitos nos agentes/população. Esta metodologia faz apelo a alguns pressupostos básicos que nortearam a estrutura dada ao projecto e sobre os quais nos parece interessante reflectir, de novo.

Em primeiro lugar, a comunidade é considerada a protagonista da intervenção. De facto, a equipa técnica procurou, sempre, assumir uma postura de colaboração permanente com a população, conferindo especial relevo às suas necessidades e adaptando as acções às mesmas, pelo que a comunidade acaba por ter um efeito regulador e avaliador de todo o trabalho desenvolvido. Paralelamente, julgamos que esta relação com a comunidade só é possível dada a proximidade ao contexto de intervenção, defendendo, por isso, para a construção de um projecto, a sua contextualização precisa como condição necessária e imprescindível à efectiva participação das pessoas.

Julgamos que este reconhecimento do protagonismo da comunidade, implica por parte da equipa técnica uma atenção aos aspectos metodológicos e técnicos em ordem a proporcionar aos diversos agentes desta freguesia oportunidades para adquirirem competências que lhes permitam analisar as situações e encontrar soluções alternativas para os problemas, tornando-os responsáveis pelos seus próprios destinos e potencializando os recursos da própria comunidade (Campos, 1990). Parece-nos que o curso de formação de

jovens em animadores de actividades de tempos livres (vd capítulo 5) é disto um claro exemplo.

Desta forma, a intervenção comunitária não se restringe a concepções teóricas de gabinete, concebidas em função de directrizes financeiras ou outras, mas antes a um plano realizado no terreno, em acção, que sistematicamente é reformulado e questionado respeitando a idiossincracia da comunidade. Obviamente, esta asserção não significa que não existam constrangimentos, nomeadamente económicos, assunto ao qual voltaremos mais tarde.

Outro pressuposto inerente à forma como conceptualizamos a intervenção comunitária, relaciona-se com o perfil dos técnicos que actuam neste domínio. Com efeito, pela proximidade ao contexto de trabalho, o "técnico comunitário" deverá desempenhar um papel de actor participante, ao mesmo tempo próximo e distanciado das pessoas. Esta aparente duplicidade significa, por um lado, que a proximidade é inevitável dada a partilha de um mesmo tempo e espaço e, ainda, para aceder ao conhecimento dos problemas que afectam os indivíduos. Defendemos, por isso, a constituição de equipas estáveis e duradouras que tenham efectivamente estabelecido com a comunidade uma relação securizante. Por outro lado, sem distanciamento não existe intervenção possível, seja porque intervir não é sinónimo de "companheirismo social" e porque só fazem sentido intervenções objectivas, sem serem pautadas por afectos ou valores distorcidos.

Estes pressupostos têm, também, implicações ao nível da identidade profissional dos técnicos e da sua postura, obrigando-os a um esforço permanente de adaptação, flexibilidade e criatividade face a situações desafiantes que periodicamente emergem do/no intervir comunitário. Ainda, julgamos imprescindível a necessidade de se constituírem equipas multidisciplinares e pluriprofissionais, de forma a responder à multidimensionalidade que caracteriza, nos nossos dias, fenómenos tão complexos como a pobreza e a exclusão social e as diferentes formas de os combater.

Uma última reflexão que gostaríamos de partilhar a este nível, prende-se com a necessidade de clarificar, junto da população alvo, os objectivos das diferentes acções e dos papéis que os técnicos nelas desempenham. Por um lado, ao estarmos inseridos na comunidade, temos que estar receptivos a qualquer

problema que nos possa surgir e, por isso, ter a humildade suficiente que nos leve a encaminhar o pedido para outro colega, seja ou não da instituição. Por outro lado, ao confrontarmo-nos permanentemente com diferentes áreas de intervenção, assumindo diferentes papéis, corremos o risco de ver diluída a nossa identidade profissional, pelo que a análise constante da nossa prática é fundamental, bem como a clarificação daquilo que se espera que nós façamos e o que realmente podemos e devemos fazer. Estes princípios, embora verdadeiros para todos os técnicos que trabalham no domínio da intervenção comunitária, parecem-nos sobretudo sentidos pelos psicólogos e assistentes sociais.

Com efeito, paralelo à importância da simplificação da linguagem, estes procedimentos impedem, em nossa opinião, o aparecimento de expectativas inadequadas e irrealistas que poderiam suscitar, se goradas, um desapontamento por parte da comunidade. Donde, clarificação significa, para nós, construção participada de um projecto, negociação permanente, apelando a características bem definidas nos técnicos de intervenção comunitária (vd capítulos 4 e 5).

A duração dos projectos é outra variável relevante a considerar. Com efeito, se a intervenção comunitária é, em última análise uma intervenção psicossocial - visando o desenvolvimento integral dos indivíduos - deverá partir de projectos integradores (Campos, 1990) de desenvolvimento que visem capacitar as pessoas e os seus contextos de vida com meios que os tornem efectivamente autónomos o que não é concretizável com acções pontuais. Assim, diríamos que para a qualidade das intervenções contribui a sua adequação temporal.

Deste modo, se apelamos à necessidade de trabalhar em todos os contextos de vida das pessoas, consideramos inevitável a adopção de padrões democráticos de poder e de comunicação (Campos, 1989, 1990) entre os diferentes sistemas que atravessam a vida dos indivíduos. Esta asserção é verdadeira, a nosso ver, na relação dentro da equipa, entre a equipa e a comunidade e entre equipa e organismos significativos, na medida em que negligenciar um trabalho de parceria com os agentes de poder local implica que os efeitos dos projectos tenderão a desvanecer-se.

Da nossa experiência no decorrer deste projecto sentimos alguns constrangimentos, nomeadamente ao nível da inserção dos jovens na vida activa

pelas dificuldades conhecidas do mercado de emprego (vd capítulo 5), algumas dificuldades por parte dos serviços tradicionais em responder a necessidades concretas da população jovem (vd capítulo 4) eventualmente, pela existência de inúmeros pedidos, ... tendo, por isso, recorrido às redes informais existentes entre técnicos de diferentes entidades para a obtenção de uma maior eficácia na nossa prática interventiva.

Do estudo sociológico realizado (vd capítulo 3), podemos constatar - assumindo a nossa surpresa, revelando que mesmo inseridos na comunidade construímos representações inadequadas sobre a mesma - existirem semelhanças entre esta população e a população jovem em geral. Os jovens da Vitória, com efeito, apontam os mesmos problemas que afectam a juventude em Portugal: dificuldades em construir projectos escolares e profissionais consistentes, representações irrealistas sobre o ingresso no ensino superior e sobre a inadequação da profissão pretendida face à situação real em que se encontram, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a precaridade do emprego, pontuadas por expectativas irrealistas de inserção na vida activa.

Paralelamente, existem alguns aspectos que diferenciam estes jovens e que se prendem, fundamentalmente, com a representação que eles próprios têm do seu local de residência e da sua situação de exclusão. Assim, consideram que estão inseridos numa comunidade com especificidades-comportamentos desviantes, degradação habitacional, pobreza, ...-parecendo assumir e interiorizar a imagem mediática que se tem da freguesia.

Assim sendo, em que sentido se devem estruturar as intervenções comunitárias?

Desde logo, parece-nos, que a maturidade vocacional dos jovens é um projecto no qual se deve investir fortemente. Com efeito, o abandono precoce da escola e o desemprego ou emprego precário existentes na freguesia não se relacionam apenas com a incompatibilidade face às aprendizagens escolares e com a ausência de qualificação profissional, sendo, também, sinónimo da inexistência de projectos vocacionais alternativos. Parece-nos, ainda, que face às transformações actuais e rapidíssimas que o mundo sofre, o apoio dado aos jovens para a entrada na vida adulta terá necessariamente que passar pela reformulação de muitas das crenças existentes sobre a escola, o mundo do

trabalho e sobre a construção de um projecto de vida. Aliás, a própria integração do nosso País na comunidade europeia implica que o mundo do trabalho, entre outros, tenha que ser encarado de forma mais abrangente, exigindo um trabalho consistente sobre estas questões, aparentemente distanciadas da população em geral.

Paralelamente, julgamos dever promover intervenções que visem o questionamento das expectativas dos jovens, a percepção de pertencerem a uma comunidade excluída, trabalhando estas questões com as famílias e agentes educativos.

O trabalho já existente com as escolas - programa de competências de estudo e de orientação escolar e profissional -, leva-nos a reflectir sobre a necessidade de conferir a estas intervenções um cariz sistemático e de as alargar ao 1º ciclo do ensino básico de forma a prevenir o insucesso escolar e a trabalhar, desde o início do percurso académico, o carácter construtivo dos projectos em que os indivíduos estão efectivamente implicados. Esta aposta na prevenção primária implica também uma atenção permanente ao trabalho colaborativo entre diferentes instituições de um mesmo contexto, ou seja, é de facto preciso que professores, educadores de infância, assistentes sociais, psicólogos, ... assumam este tipo de projecto e sejam capazes de desenvolver uma metodologia de trabalho em que se reflecte e se reformula aquilo que se vai construindo em equipa.

Por todas as considerações expostas, cabe-nos dizer que a avaliação que fazemos deste projecto é francamente positiva, destacando a pertinência dos gabinetes de atendimento à população jovem, por permitirem uma proximidade aos seus problemas em contextos pouco institucionalizados, realçando, ainda, o potencial enorme do trabalho em grupo porque privilegiam uma atitude colaborativa com os jovens. Atente-se também na pertinência do estudo sociológico às práticas de sociabilidade juvenis, como instrumento que tornou viável uma caracterização sistemática dos jovens desta comunidade permitindo uma reflexão aprofundada sobre o sentido de intervenções futuras.

Finalmente, julgamos que o principal aspecto inovador do nosso projecto, consistiu na formação de jovens em animadores de actividades de tempos livres, tornando-os agentes efectivos de desenvolvimento local, e que

teve repercussões claras na forma como a comunidade em geral percepciona estes jovens e o trabalho por eles desenvolvido, nomeadamente em acções de animação comunitária. Assim, parece-nos que em futuros projectos, a aposta nos próprios recursos da comunidade deverá ser, sempre, um aspecto central a considerar apesar das dificuldades que sentimos (técnicos, jovens e famílias) na inserção profissional dos jovens, revelando a necessidade de um trabalho concertado com todos os agentes de poder local em ordem à promoção do desenvolvimento humano, tornando o sujeito pró-activo na sua relação com o meio em que vive.